

**26, 27 e 28
Agosto
2017**



**TJ
ES**

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

DECISÃO JUDICIAL

Magistrados querem gratificações de volta

No ano passado, em apuros com a lei fiscal, TJES cortou pela metade benefícios na Corte

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Por decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) deve voltar a pagar, na íntegra, os valores referentes a gratificações de magistrados. Resolução de junho do ano passado cortou à metade as verbas extras destinadas ao presidente do tribunal, ao vice, ao corregedor, diretores do fóruns e outros cargos.

A medida foi adotada em meio à crise financeira

do Judiciário estadual, que havia extrapolado o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em gastos com pessoal.

Hoje, após a adoção dessa e de uma série de outras medidas de contenção de despesa, a situação do TJES é mais confortável. O gasto com folha de pagamento é o equivalente a 5,7% da receita corrente líquida do Estado, na exata medida do chamado limite prudencial, mas abaixo do limite legal, que é de 6%.

A Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) entrou com a ação pedindo a volta dos valores originais. “Os ma-



Fachada do TJES: benefícios podem ser retomados

gistrados prejudicados reconheceram as dificuldades decorrentes da “extrapolação dos limites da LRF. Superada essa fase, a Amages entende ser o momento de restabelecer o império

da lei”, afirma o presidente em exercício da Amages, Sérgio Ricardo de Souza.

Com a resolução, o presidente do TJES, Annibal de Rezende Lima, havia reduzido o valor do pró-

TESOURADA

R\$ 9 mil

É o valor integral da gratificação paga ao presidente do TJES, por conduzir a Corte. Desde 2016 ele está cortado à metade.

decisão à Procuradoria-Geral do Estado, que é o órgão que representa a instituição na ação.

O Tribunal de Justiça ainda não fez um levantamento sobre se a volta do valor integral das gratificações poderia comprometer, novamente, o equilíbrio fiscal.

A decisão judicial suscitou também demandas dos servidores do Judiciário, que tiveram as gratificações relativas aos plantões realizados suspensas. Sobre isso, o TJES informou que essa, assim como o congelamento das promoções dos servidores, é uma questão que está judicializada.

prio contracheque. A gratificação de R\$ 9 mil, devida por comandar a Corte, caiu para R\$ 4,5 mil.

À reportagem, o desembargador informou ontem que encaminhou cópia da

ASSEMBLEIA

Servidores vão receber os 11,98%

O valor retroativo dos 11,98% de perdas salariais dos servidores da Assembleia vai cair na conta dos mais de 2 mil servidores da Assembleia Legislativa nos próximos dias. Na manhã de hoje, o presidente da Casa, Erick Musso (PMDB), se reúne com os presidentes do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e das instituições bancárias Banestes e Coopjud para definir a data em que os recursos, em forma de precatórios, começarão a ser liberados. O cronograma será anunciado logo em seguida, na sessão, segundo Musso.

Servidores da Assembleia vão começar a receber os 11,98%

O pagamento levou 23 anos para ser liberado e será feito em forma de precatórios

O valor retroativo dos 11,98% de perdas salariais dos servidores da Assembleia vai cair na conta dos mais de 2 mil servidores da Assembleia Legislativa nos próximos dias. No início da tarde desta segunda-feira (28), o presidente da Casa, Erick Musso (PMDB), se reúne com os presidentes do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e das instituições bancárias Banestes e Coopjud para definir a data em que os recursos, em forma de precatórios, começarão a ser liberados.

O cronograma será anunciado logo em seguida, na sessão, segundo Musso. "Não é um pagamento simples de ser feito, são cerca de R\$ 92,4 milhões, e precisamos definir como esse recurso será aportado. Por mim, começaremos a pagar ainda esta semana, e dentro de sete dias estará tudo suprido. Eles já esperam há 23 anos. Vou usar todo meu poder de articulação para agilizar o processo", afirmou.

O pagamento será liberado um ano depois do acordo ter sido homologado pelo TJES. Os recursos serão pagos dentro dos depósitos que a lei já determina que o governo destine todo ano no orçamento para o pagamento de precatórios e, portanto, não vai significar retirada de qualquer dinheiro dos cofres públicos. Entre os beneficiados, servidores, ex-servidores e herdeiros daqueles que já morreram.

Entenda

O percentual de 11,98% foi concedido a título de perdas referentes à conversão da Unidade Real de Valor (URV) para o Plano Real e incorporado aos salários dos servidores estaduais. O Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado já procederam o pagamento da dívida aos respectivos servidores. Desde 2009, a Assembleia incorpora os 11,98% aos vencimentos dos seus servidores, mas ficou a pendência dos 15 anos anteriores, desde 1994.

Fim de revista manual em advogados

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, publicou uma resolução que suspende a revista manual a advogados em fóruns da Justiça estadual.

A medida proíbe a revista dos profissionais e de suas bagagens. Magistrados, serventuários, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública já eram isentos desse procedimento de segurança.

EDUCAÇÃO É ARMA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Especialistas no assunto defendem debate amplo nas escolas

■ KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

IMAGEM TV GAZETA

Falar, debater, discutir e, se possível, falar, debater e discutir um pouco mais. Parece redundante, mas só assim mesmo para finalmente entrar na cabeça de homens o direito básico de uma mulher ter sua integridade física, mental, financeira e moral respeitadas.

É o que defenderam ontem membros do Judiciário, da Polícia e da sociedade civil para atacar a violência contra a mulher, durante o seminário "Justiça pela Paz em Casa", organizado pela Rede Gazeta e que reuniu palestrantes para debater medidas de combate à violência doméstica.

"Meninas e meninos não nascem violentos. A gente precisa ensinar desde criança a respeitar a nossa forma de se relacionar", defendeu a promotora de Justiça Cláudia Santos Garcia, do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Nevid) do Ministério Público do Espírito Santo.

"Precisamos falar nas escolas do direito de respeitar a mulher. Precisamos falar nos mais diversos espaços", completou a promotora.

"Fiz uma palestra em uma escola em que um menino levantou e chorou. Contou que ele e a mãe eram vítimas de violência doméstica. Ele não sabia e descobriu com a palestra. Ele se libertou. Se ele se tornaria uma pessoa a repro-



O seminário "Justiça pela Paz em Casa" foi organizado pela Rede Gazeta e reuniu palestrantes para debater medidas de combate à violência

duzir essa violência, ele deixou isso para trás", exemplificou a delegada Arminda Rodrigues, titular da 4ª Regional, em Cariacica.

A promotora criticou também o fato de não haver uma tipificação criminal específica para assédio no Código Penal. "Nós só temos tipificação de assédio moral, no trabalho, quando há uma relação de hierarquia. O assédio que a gente sofre na rua é apenas uma contravenção penal, tratada como perturbação", lamentou Cláudia.

DENÚNCIA

Os especialistas defenderam também a importância

de denunciar, tanto se você for a vítima quanto se for uma testemunha, ainda que relativamente distante.

"A denúncia pode ser feita a qualquer hora, durante ou depois das agressões. Mas é bom denunciar na hora para fazer o exame de lesão. Sem isso, fica a palavra do homem contra a da mulher", alertou a delegada Arminda.

"Não tinha o jargão 'em briga de marido e mulher não se mete a colher'? Em briga de marido e mulher, o poder público e a sociedade têm que meter a colher sim", reforçou a promotora.

Na ocasião, as palestrantes incentivaram os cidadãos

DENÚNCIAS



"A denúncia pode ser feita a qualquer hora, durante ou depois das agressões"

ARMINDA RODRIGUES
DELEGADA

a fazerem denúncias pelo 180, que funciona em todo o Brasil, e pelo 181, exclusivo do Espírito Santo. "Quanto mais detalhes puderem fornecer sobre o agressor e como localizá-lo, melhor", acrescentou a promotora.

Elas reforçaram a necessidade de não ignorar os relatos das mulheres. Arminda citou situações de mulheres que foram ameaçadas pelos ex-companheiros porque exigiram pensão para o filho e acabaram mortas.

A promotora de Justiça Cláudia Santos Garcia apontou também os efeitos da violência psicológica. "Esse tipo de violência é um

trampolim para a física e para o feminicídio. Quando a gente vai conhecer a história delas, vemos que elas já eram vítimas de violência psicológica", acrescenta.

A delegada defendeu também a criação de um fundo financeiro para auxiliar vítimas de violência doméstica. "É importante dar condições financeiras para essa mulher sair desse relacionamento. A maioria não sai porque não tem condições de sair."

E, como destacou a juíza Hermínia Azoury, da 9ª Vara Criminal de Vila Velha, "violência doméstica não escolhe classe social ou idade".

O QUE ELES DISSERAM

"Se houver risco de morte da mulher, ela não recebe o botão do pânico. Ele não serve para casos de violência extrema. Para esses casos, o homem é preso"

CLÁUDIA SANTOS
GARCIA PROMOTORA



"Violência doméstica não escolhe classe social ou idade. Você vê crianças sofrendo violência, mas vê também idosas passando por essa situação"

HERMÍNIA AZOURY
JUÍZA



"Tem que ter um carinho especial com a mulher. E a mulher idosa também sofre, não é só a jovem. A trans também. Isso tem que acabar, não dá mais"

DONA ARLETE
VEREADORA



Falta de segurança 24 horas limita uso de botão do pânico



Matérias de A GAZETA acompanham dramas

Apenas Vitória conta hoje com Guarda Municipal atuando em período integral e armada

KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

No dia em que as cidades do Estado investirem em sistema de segurança 24 horas, elas poderão contar com o botão do pânico, a ser entregue a mulheres vítimas de violência doméstica. Hoje, só Vitória se enquadra neste requisito.

“Temos apenas em Vitória porque é preciso haver um sistema de segurança 24 horas. E Vitória é a única que tem Guarda Municipal 24 horas por dia e armada”, explicou o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o desembargador Annibal de Rezende Lima.

“Na medida que outros municípios tiverem isso, o Tribunal de Justiça estará



Desembargador Annibal de Rezende Lima fala da importância do dispositivo

à disposição para disponibilizar o botão do pânico”, completou o presidente do TJES.

Hoje, na Capital, 10 mulheres contam com o botão do pânico. A Prefeitura de Vitória explicou que, ao todo, há disponi-

veis 100 dispositivos, mas que a entrega às mulheres vítimas de violência doméstica depende de determinação judicial.

A promotora de Justiça Cláudia Santos Garcia explicou também que o botão do pânico não pode ser en-

tregue em todos os casos, já que naqueles considerados mais perigosos, a forma de lidar é outra. “Se houver risco de morte da mulher, ela não recebe o botão do pânico. Ele não serve para casos de violência extrema. Para esses ca-

sos, o homem é preso”, diz ela, que é do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Nevid), ligado ao Ministério Público do Espírito Santo.

HISTÓRICO

O botão do pânico é entregue a mulheres que se sentem ameaçadas pelos ex-companheiros ou homens agressores desde 2013 na cidade de Vitória, que assinou um convênio com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), que criou o projeto.

O dispositivo é entregue a mulheres que possuem medida protetiva, com base na Lei Maria da Penha. Seu diferencial é que, além de acionar a guarda armada, ele grava o áudio ao redor.

O material gravado pode ser usado como prova contra o agressor. Por isso, seu maior feito é o preventivo, já que ele inibe novas ações.

SOBREVIVENTE

“CONTEI COM A AJUDA DA LEI, DOS AMIGOS, DOS COLEGAS”

Rosemary Casoli
Artista plástica e coreógrafa

“Por 21 anos fui vítima de violência doméstica. Eu era invisível e cheguei a achar que a culpa era minha. Tentei suicídio, só que não morri. Acordei, mas acordei perdida. Naquele dia, meu marido me trancou em ca-



sa e fiquei quatro dias lá sem assistência médica. Fiz um monte de reflexão. Transformei toda aquela sujeira em arte. Eu me empoderei,

busquei informação, não me enxergava como vítima. Eu exigi o divórcio. Em 2004, eu o denunciei pela primeira vez. O policial me disse que ‘essas coisas se resolvem em casa e na cama’. Em 2006 veio a Lei Maria da Penha. Foi fundamental para a minha recuperação. Eu me encontrei e consegui sair daquela sujeira. Conte com a ajuda da lei, dos amigos, dos colegas de faculdade. Em outubro, vai fazer quatro anos que estou em processo de divórcio.”

Cultura no combate à violência de gênero

“Palestrantes trouxeram também exemplos de ações para lidar com a violência doméstica, para além do enfrentamento policial.”

Um dos projetos é o Homem que é Homem, da Polícia Civil, que reúne autores de violência doméstica para que possam refletir sobre suas ações. Atende homens da região da Grande Vitória. “De 63 homens atendidos em 2016, apenas dois reincidiram”, disse a psicóloga Marcella Demoner, ao apre-

sentar o projeto.

A professora universitária Rosely Pires apresentou o projeto Fordan, que usa a atividade cultural no enfrentamento à violência, inclusive a que atinge a mulher. Entre as atividades, aulas de balé e outras danças.

Completo o seminário a apresentação do projeto Raabe, criado para valorizar e dar assistência às mulheres que carregam algum tipo de trauma. Falou pelo projeto a coordenadora Neucilene Ferreira.

“É comum a gente ouvir: ‘Ah, mas sou trabalhador’. Existe uma construção social de que esse comportamento é aceitável. Ele precisa pensar sua condição de homem”

MARCELLA DEMONER
PSICÓLOGA



“A menina chega com esse ‘decreto’ de que o corpo dela é inferior. Nós trabalhamos com o fortalecimento do sujeito. O que a gente põe em discussão é o regime patriarcal”

ROSELY PIRES
PROFESSORA



“Dentro da estrutura do Poder Judiciário, a gente busca avaliar a concessão das medidas protetivas o mais rápido possível”

FERNANDO ZARDINI
DESEMBARGADOR



Especialistas apoiam debate sobre violência contra mulher em escolas

“Precisamos falar nas escolas do direito de respeitar a mulher. Precisamos falar nos mais diversos espaços”, completou a promotora

Falar, debater, discutir e, se possível, falar, debater e discutir um pouco mais. Parece redundante, mas só assim mesmo para finalmente entrar na cabeça de homens o direito básico de uma mulher ter sua integridade física, mental, financeira e moral respeitadas.

É o que defenderam nesta sexta-feira (25) membros do Judiciário, da Polícia e da sociedade civil para atacar a violência contra a mulher, durante o seminário “Justiça pela Paz em Casa”, organizado pela Rede Gazeta e que reuniu palestrantes para debater medidas de combate à violência doméstica.

“Meninas e meninos não nascem violentos. A gente precisa ensinar desde criança a respeitar a nossa forma de se relacionar”, defendeu a promotora de Justiça Cláudia Santos Garcia, do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Nevid) do Ministério Público do Espírito Santo.

“Precisamos falar nas escolas do direito de respeitar a mulher. Precisamos falar nos mais diversos espaços”, completou a promotora.

“Fiz uma palestra em uma escola em que um menino levantou e chorou. Contou que ele e a mãe eram vítimas de violência doméstica. Ele não sabia e descobriu com a palestra. Ele se libertou. Se ele se tornaria uma pessoa a reproduzir essa violência, ele deixou isso para trás”, exemplificou a delega Arminda Rodrigues, titular da 4ª Regional, em Cariacica.

A promotora criticou também o fato de não haver uma tipificação criminal específica para assédio no Código Penal. “Nós só temos tipificação de assédio moral, no trabalho, quando há uma relação de hierarquia. O assédio que a gente sofre na rua é apenas uma contravenção penal, tratada como perturbação”, lamentou Cláudia.

DENÚNCIA

Os especialistas defenderam também a importância de denunciar, tanto se você for a vítima quanto se for uma testemunha, ainda que relativamente distante.

“A denúncia pode ser feita a qualquer hora, durante ou depois das agressões. Mas é bom denunciar na hora para fazer o exame de lesão. Sem isso, fica a palavra do homem contra a da mulher”, alertou a delegada Arminda.

“Não tinha o jargão ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’? Em briga de marido e mulher, o poder público e a sociedade têm que meter a colher sim”, reforçou a promotora.

Na ocasião, as palestrantes incentivaram os cidadãos a fazerem denúncias pelo 180, que funciona em todo o Brasil, e pelo 181, exclusivo do Espírito Santo. “Quanto mais detalhes puderem fornecer sobre o agressor e como localizá-lo, melhor”, acrescentou a promotora.

Elas reforçaram a necessidade de não ignorar os relatos das mulheres. Arminda citou situações de mulheres que foram ameaçadas pelos ex-companheiros porque exigiram pensão para o filho e acabaram mortas.

A promotora de Justiça Cláudia Santos Garcia apontou também os efeitos da violência psicológica. “Esse tipo de violência é um trampolim para a física e para o feminicídio. Quando a gente vai conhecer a história delas, vemos que elas já eram vítimas de violência psicológica”, acrescenta

A delegada defendeu também a criação de um fundo financeiro para auxiliar vítimas de violência doméstica. “É importante dar condições financeiras para essa mulher sair desse relacionamento. A maioria não sai porque não tem condições de sair.”

E, como destacou a juíza Hermínia Azoury, da 9ª Vara Criminal de Vila Velha, “violência doméstica não escolhe classe social ou idade”.

O QUE ELES DISSERAM

“Se houver risco de morte da mulher, ela não recebe o botão do pânico. Ele não serve para casos de violência extrema. Para esses casos, o homem é preso” - Cláudia Santos Garcia, promotora

“Violência doméstica não escolhe classe social ou idade. Você vê crianças sofrendo violência, mas vê também idosas pas-

sando por essa situação” - Hermínia Azoury, juíza

“Tem que ter um carinho especial com a mulher. E a mulher idosa também sofre, não é só a jovem. A trans também. Isso tem que acabar, não dá mais” - Dona Arlete, vereadora

“É comum a gente ouvir: ‘Ah, mas sou trabalhador’. Existe uma construção social de que esse comportamento é aceitável. Ele precisa pensar sua condição de homem” - Marcella Demoner, psicóloga

“A menina chega com esse ‘decreto’ de que o corpo dela é inferior. Nós trabalhamos com o fortalecimento do sujeito. O que a gente põe em discussão é o regime patriarcal” - Rosely Pires, professora

“Dentro da estrutura do Poder Judiciário, a gente busca avaliar a concessão das medidas protetivas o mais rápido possível” - Fernando Zardini, desembargador

FALTA DE SEGURANÇA 24 HORAS LIMITA USO DE BOTÃO DO PÂNICO

No dia em que as cidades do Estado investirem em sistema de segurança 24 horas, elas poderão contar com o botão do pânico, a ser entregue a mulheres vítimas de violência doméstica. Hoje, só Vitória se enquadra neste requisito.

“Temos apenas em Vitória porque é preciso haver um sistema de segurança 24 horas. E Vitória é a única que tem Guarda Municipal 24 horas por dia e armada”, explicou o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), o desembargador Annibal de Rezende Lima.

“Na medida que outros municípios tiverem isso, o Tribunal de Justiça estará à disposição para disponibilizar o botão do pânico”, completou o presidente do TJES.

Hoje, na Capital, 10 mulheres contam com o botão do pânico. A Prefeitura de Vitória explicou que, ao todo, há disponíveis 100 dispositivos, mas que a entrega às mulheres vítimas de violência doméstica depende de determinação judicial.

A promotora de Justiça Cláudia Santos Garcia explicou também que o botão do pânico não pode ser entregue em todos os casos, já que naqueles considerados mais perigosos, a forma de lidar é outra. “Se houver risco de morte da mulher, ela não recebe o botão do pânico. Ele não serve para casos de violência extrema. Para esses casos, o homem é preso”, diz ela, que é do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Nevid), ligado ao Ministério Público do Espírito Santo.

HISTÓRICO

O botão do pânico é entregue a mulheres que se sentem ameaçadas pelos ex-companheiros ou homens agressores desde 2013 na cidade de Vitória, que assinou um convênio com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), que criou o projeto. O dispositivo é entregue a mulheres que possuem medida protetiva, com base na Lei Maria da Penha. Seu diferencial é que, além de acionar a guarda armada, ele grava o áudio ao redor.

O material gravado pode ser usado como prova contra o agressor. Por isso, seu maior feito é o preventivo, já que ele inibe novas ações.

SOBREVIVENTE

“Contei com a ajuda da lei, dos amigos, dos colegas” - Rosemary Casoli, artista plástica e coreógrafa

“Por 21 anos fui vítima de violência doméstica. Eu era invisível e cheguei a achar que a culpa era minha. Tentei suicídio, só que não morri. Acordei, mas acordei perdida. Naquele dia, meu marido me trancou em casa e fiquei quatro dias lá sem assistência médica. Fiz um monte de reflexão. Transformei toda aquela sujeira em arte. Eu me empoderei, busquei informação, não me enxergava como vítima. Eu exigi o divórcio. Em 2004, eu o denunciei pela primeira vez. O policial me disse que ‘essas coisas se resolvem em casa e na cama’. Em 2006 veio a Lei Maria da Penha. Foi fundamental para a minha recuperação. Eu me encontrei e consegui sair daquela sujeira. Contei com a ajuda da lei, dos amigos, dos colegas de faculdade. Em outubro, vai fazer quatro anos que estou em processo de divórcio.”

Cultura no combate à violência de gênero

Palestrantes trouxeram também exemplos de ações para lidar com a violência doméstica, para além do enfrentamento policial.

Um dos projetos é o Homem que é Homem, da Polícia Civil, que reúne autores de violência doméstica para que possam refletir sobre suas ações. Atende homens da região da Grande Vitória. “De 63 homens atendidos em 2016, apenas dois reincidiram”, disse a psicóloga Marcella Demoner, ao apresentar o projeto.

A professora universitária Rosely Pires apresentou o projeto Fordan, que usa a atividade cultural no enfrentamento à violência, inclusive a que atinge a mulher. Entre as atividades, aulas de balé e outras danças.

Completou o seminário a apresentação do projeto Raabe, criado para valorizar e dar assistência às mulheres que carregam algum tipo de trauma. Falou pelo projeto a coordenadora Neucilene Ferreira.

Especialistas apontam caminhos para maior eficácia da Lei Maria da Penha em evento em Vitória

Rede Gazeta promoveu, em parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o seminário “Justiça pela paz em casa”.

O seminário “Justiça pela paz em casa” promoveu debates sobre a violência doméstica no auditório da Rede Gazeta, em Vitória, nesta sexta-feira (25). Durante a tarde, especialistas apontaram caminhos para melhorar o resultado da Lei Maria da Penha.

O evento é uma parceria da empresa com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Informações deram base à conversa entre palestrantes e participantes. Em 2016, a cada hora, 502 mulheres sofreram algum tipo de violência doméstica no Brasil, e mais de 60% dos crimes foram cometidos por conhecidos. O Espírito Santo é o 5º estado com mais mortes violentas de mulheres.

A Lei Maria da Penha é considerada a terceira melhor do mundo. Mas, para uma promotora e uma delegada que participaram do seminário, outras medidas podem ser tomadas para que ela seja mais eficaz. Para a Justiça, é preciso melhorar a parte preventiva: orientar melhor as mulheres e educar os homens. Outra medida seria fornecer algum tipo de ajuda financeira às vítimas que dependem financeiramente de agressores.

“A gente precisa da implementação dos serviços elencados na Lei Marinha da Penha, quais sejam: acompanhamento psicológico para mulheres, grupos com homens agressores, a maior integração entre a rede, o melhor aparelhamento para receber essas mulheres”, explicou a promotora Cláudia Garcia.

A delegada Arminda Rodrigues fala que muitos homens nem sequer sabem que estão cometendo um crime e cita o projeto “Homem que é homem”, da Polícia Civil, como referência.

“O projeto chama esse homem agressor para dentro do processo. Dentro do processo criminal, ele vai ter informação. É tão normal ele xingar mulher, achar que ela é isso ou aquilo. Ele não sabe que aquilo é um crime. Está interiorizado que aquela mulher é dele, que ele é dono”.

Especialistas apontam caminhos para maior eficácia da Lei Maria da Penha

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/t/edicoes/v/especialistas-apontam-caminhos-para-maior-eficacia-da-lei-maria-da-penha/6104634/>

VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Advogada é sequestrada e assassinada por ex-noivo

Gabriela de Jesus foi estrangulada, torturada e atropelada por Rogério Almeida, que confessou crime e disse que teve ajuda de amigo

De forma fria e com requintes de crueldade, o estudante de Direito Rogério Costa de Almeida, de 34 anos, matou a ex-noiva, a advogada Gabriela Silva de Jesus, de 24, em Colina de Laranjeiras, na Serra. Ele confessou o crime. Um amigo de Rogério, o motorista Alexandre Santos de Souza, 31, é acusado de ajudá-lo a sequestrar a vítima na manhã de quinta-feira. Ela foi morta na noite do mesmo dia.

O universitário e o amigo teriam esganado a advogada dentro de um carro, um Fiat Idea preto, a jogado na rua e depois passado com o veículo por cima do corpo dela para simular um atropelamento.

De acordo com o titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHMP), delegado Janderson Lube, a vítima terminou o relacionamento de cinco anos que mantinha com Rogério, em janeiro deste ano, porém o acusado sentia ciúmes de Gabriela e não aceitava a separação.

A advogada foi sequestrada às 11 horas de quinta-feira, quando saiu

de casa. Ela seguia a pé para um ponto de ônibus, pois iria trabalhar, quando foi abordada por Rogério e Alexandre, que estavam no carro.

Segundo a polícia, o universitário dirigia o veículo. O amigo dele, que estava no carona, teria descido do veículo com uma arma na mão.

Ele teria apontado a arma para a advogada e a obrigado a entrar no carro. Rogério revelou para a polícia que os dois ficaram conversando no veículo durante horas.

"Isso tudo durou até as 18 horas, quando então a vítima, ao tentar fugir, foi estrangulada e, segundo Rogério, depois de desmaiada e jogada na rua, foi atropelada pelo veículo", explicou Lube.

O atropelamento aconteceu no final da rua Monte das Oliveiras. O corpo da advogada foi encontrado por volta das 20 horas e, segundo investigadores, os acusados passaram de ré com o carro por cima do corpo dela.

A polícia informou ainda que outros tipos de lesões foram encontradas pelo corpo de Gabriela. Somente exame do DML vai poder determinar a causa da morte da advogada.

Rogério e Alexandre foram presos por investigadores da DHPP. O ex-noivo confessou o crime, foi autuado por homicídio qualificado (tortura e feminicídio). Já Alexandre negou participação, mas foi autuado por homicídio qualificado (motivo fútil e tortura).



GABRIELA em casa: advogada havia terminado relacionamento com noivo Rogério (destaque) desde janeiro deste ano, mas ele não aceitava a separação e sentia ciúmes da jovem

PERFIL

Gabriela Silva de Jesus

- > **IDADE:** 24 anos
- > **PROFISSÃO:** advogada. Trabalhava como operadora de telemarketing para custear os estudos.
- > **GRADUOU-SE:** em dezembro de 2015
- > **SONHO:** tornar-se juíza
- > **VÍTIMA E ACUSADO:** se conheceram numa faculdade particular de Vitória, em 2011.
- > **INÍCIO DO RELACIONAMENTO:** fevereiro de 2012
- > **TÉRMINO:** janeiro deste ano.

Pneu atrapalhou o crime

Após estrangular e atropelar a advogada Gabriela Silva de Jesus, o universitário Rogério Costa de Almeida, e o amigo dele Alexandre Santos de Souza tentaram fugir com o veículo que usaram para praticar o crime, informou o titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHMP), delegado Janderson Lube.

No entanto, um dos pneus do carro furou e os acusados tiveram que abandonar o veículo em uma rua. Gabriela ficou refém dos acusados por cerca de seis horas.

"O atropelamento foi mesmo para matar, tanto que depois, eles tentaram fugir com o carro, mas o

pneu furou", disse Lube.

Investigadores da Divisão de Homicídios afirmaram que, a princípio, a perícia da Polícia Civil foi acionada para atender um suposto atropelamento. Já a PM, foi avisada por moradores da região de que um carro teria sido abandonado por dois homens.

"Foi verificado, que aquela ocorrência, inicialmente, de atropelamento era na verdade um homicídio", explicou delegado.

Moradores da região ainda revelaram para os policiais que os dois suspeitos foram vistos tentando empurrar o carro depois que o pneu furou.



CARRO COM PNEU FURADO: veículo usado no crime foi abandonado por Rogério e Alexandre, mas localizado pela polícia em Colina de Laranjeiras

Vítima foi dopada por mais de um dia após separação

O relacionamento da advogada Gabriela Silva de Jesus e do universitário Rogério Costa de Almeida foi marcado por brigas, traições, idas e vindas. Em uma das ocasiões em que eles se separaram, o acusado chegou a deixar a vítima mais de um dia dopada para forçar uma reaproximação, de acordo com familiares da vítima.

"Foi na época em que ele se mudou para a Serra. Eles terminaram em dezembro de 2015, e ele a dopou dentro da casa dele para forçar uma reaproximação, convencendo-a a voltar. Ele se fazia de coitado e ela ficava com pena. Acabou voltando umas três semanas após terminar. Nessa época, eles já estavam noivos", revelou o cunhado da vítima, um policial militar, de 24, que não quis se identificar.

O policial revelou que o acusado morava em Vila Velha, mas que se mudou para Colina de Laranjeiras, na Serra, para ficar mais próximo da vítima. "O relacionamento sempre foi conturbado, cheio de idas e vindas. Ele a traiu várias vezes e ela terminava, mas acabava voltando.

Começaram a namorar em 2012, foi o primeiro namorado que ela teve. Terminaram definitivamente em janeiro deste ano".

O soldado destacou que a família procurou sempre estar ao lado da advogada, para evitar que o universitário fizesse algum mal a ela. "Ela se sentia segura, porque a família sempre estava por perto, nunca a deixava sozinha".

De acordo com familiares, a advogada tocava violão na Igreja Maranata de Colina de Laranjeiras, além de participar do grupo de louvor.



CUNHADO da vítima: "Ele a traiu"

Polícia acha ténis e sinais de tortura no carro de acusado

O titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHMP), delegado Janderson Lube, informou que peritos encontraram um tênis da advogada Gabriela Silva de Jesus dentro do veículo usado no crime. O calçado estava sujo de barro e foi recolhido para ser anexado ao inquérito policial.

Segundo o delegado, a perícia ainda encontrou no interior do veículo vestígios de fezes e urina.

"Indicando que ela sofreu algum tipo de tortura ou já tinha sofrido e foi colocada no veículo. Também foram encontrados vestígios de sangue no assoalho do carro".

Moradores disseram que acionaram o Cíodes-190 desde o momento em que a vítima foi abordada, às 11 horas de quinta.

Contudo, durante as seis horas em que esteve sob poder dos acusados, o veículo não foi abordado pela PM. "Vamos apurar a questão. Se for constatado que houve alguma falha no atendimento, vai ser apurado junto à Corregedoria".

Já a Secretaria de Estado da Segurança Pública informou em nota que um chamado foi localizado, que equipes da Força Tática estiveram no local, efetuaram buscas, mas nada foi constatado.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER / ENTREVISTA PADRASTO DA ADVOGADA

“Conversei com ele. E ele já tinha matado Gabriela”

Agindo como se nada de tivesse acontecido, o acusado de matar a advogada Gabriela Silva de Jesus, de 24 anos, conversou com o padrasto da vítima, que é pastor, por telefone, logo após o crime. Reinaldo Maria de Araújo, de 58 anos, chamou o acusado de psicopata e descreveu sua ação como “demoníaca”.

“Muito frio, ele ainda me pediu ajuda”, relatou o pastor, na tarde de ontem.

A TRIBUNA - Quando senti falta de Gabriela?

PASTOR - Às 19 horas, horário que ela deixava o serviço, e chegava entre 20 horas ou 20h15 em casa. Infelizmente, quando nós não conseguimos falar, todos pensamos o que poderia ter acontecido.

Ela tinha a Gabriela como Deus. Inclusive, quando se relacionavam, ela saiu da presença do Senhor e depois se reconciliou. E ele que

não tinha nada com a igreja, foi para dentro da igreja para vigiá-la. E ela pediu para o pastor mudá-la de templo. Fez isso para evitá-lo.

> Como vê essa situação?

Nós temos um problema hoje, que a pessoa quer tomar posse, e ele tinha ela como a propriedade dele. Não é amor!

Hoje nós estamos derramando lágrimas, mas no céu está tendo festa, porque ela atendeu aos caprichos do Senhor, enquanto estava aqui. Ela queria chegar a ser juíza, era um sonho que estava buscando. Estudava muito, trabalhava.

O que passou, infelizmente, é uma ação demoníaca. Se tentarmos buscar no humano, apesar do ser humano ser o único predador na face da terra, não conseguimos. É tão animal que não conseguimos explicar. A atitude foi muito... (silêncio).

> Ele falou com a família?

Às 22 horas, eu conversei com ele ao telefone por 22 minutos e ele já tinha matado Gabriela. Muito frio, ainda me pediu ajuda di-

zendo: “Pastor, estou com muita dificuldade na minha formatura com área financeira”.

> Ao seu ver o que ele sente?

Ele não tem sentimento. Se formos colocar hoje a visão que temos dele, ele é um psicopata. Nós estamos orando por ele, a minha missão diante de Deus é orar para todos os outros. Agora, a bênção é do Senhor.

> Qual será a lembrança?

A Gabriela nasceu dentro de um templo sagrado do Senhor. Louvorista, instrumentista, tocava violão, violino.

Com uma garanta linda. Ela nunca procurou cantar louvores para o outro, mas sim para o Senhor, que é o que nos aquece.

Gabriela sempre foi uma filha muito linda, soube discernir a verdade da palavra de Deus, que é honrar o pai e a mãe. Uma excelente profissional, recém-formada em Direito. Passou na OAB. Por mais que a gente tente explicar, falar da Gabriela fica até difícil.

> Qual era a marca dela?

“Ele não tem sentimento. Se formos colocar hoje a visão que temos dele, ele é um psicopata”

“Gabriela sempre foi uma filha muito linda, soube discernir a verdade da palavra de Deus, que é honrar o pai e a mãe”



PADRASTO E MÃE DE GABRIELA se abraçam emocionados no enterro

Ela tratava todo mundo de forma muito especial, e com isso ela fazia a diferença acontecer.

Ela era especial. Temos consciência de que não a perdemos porque ela não pertence a nós, pertence ao Senhor. Nós temos es-

se conforto no coração.

A distância que existe hoje, dela lá e a gente aqui nunca vai trazer o esquecimento, mas sim o sentimento de saudade. Ela viajou e não vai poder voltar e temos conhecimento disso.

Oração e silêncio na despedida

Uma passagem bíblica, seguida de um silêncio, marcaram a despedida de familiares e amigos da advogada Gabriela Silva de Jesus, 24, na tarde de ontem, no cemitério Jardim da Paz, na Serra.

Aqueles amigos, familiares e colegas da igreja e do trabalho que estavam acostumados a conviver com o riso largo de Gabriela, prestaram a última homenagem de forma silenciosa.

O corpo foi velado no bairro Colina de Laranjeiras, na igreja Maranata que a família frequenta.

Desolada com a morte brutal da filha, a missionária Fabiana do Nascimento Silva de Araújo passou o tempo todo ao lado do marido. Ela disse que só o tempo para dizer se a dor será toda convertida em saudade.

“A melhor lembrança será a gar-

galhada dela, sem dúvida”, destacou a mãe da advogada.

Amigos pareciam não acreditar. “Gabriela era uma excelente amiga, tínhamos uma relação muito boa, mesmo depois que a faculdade terminou. Estudamos e passamos juntas no exame da OAB. A maior

lembrança que vai ficar dela era a alegria que ela tinha, uma pessoa maravilhosa, sempre amiga. Quando a mãe dela me mandou a mensagem contando, eu achei que fosse uma piada e não acreditei”, disse uma amiga da faculdade, que pediu para não ser identificada.



AMIGOS E PARENTES se reuniram no cemitério Jardim da Paz para prestar última homenagem a Gabriela

“Inaceitável”, diz OAB

Após ser informada da morte de Gabriela Silva de Jesus, de 24 anos, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo (OAB-ES), repudiou de forma veemente os recentes episódios de violência contra a mulher.

Em nota publicada no site da instituição, a OAB-ES lamentou profundamente que as políticas de enfrentamento ao feminicídio não apresentem resultados e pontuou que é assustador e inaceitável o número de mais de 70 mulheres assassinadas em apenas sete meses deste ano.

Para a presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-ES, Flávia Brandão, é mais grave ainda que os assassinatos ocorram na semana em que se discute a violência contra a mulher.

“Gabriela tinha dois anos de advocacia e não aceitava um relacio-



ADVOGADA Gabriela: registro OAB

namento submisso. Foi morta por isso. É necessário lutar pelo enfrentamento dessa violência, mas é necessário não só defender as mulheres e incentivá-las a denunciarem qualquer atitude que as coloque em risco, mas atacar a causa”, destacou ela, que continuou:

“Seja com penas mais duras ou com conscientização dos homens. A Comissão da Mulher advogada já está inserida neste processo e vai lutar contra o feminicídio”.



ELIANE foi golpeada no peito

Motorista mata mulher a facada

Um casal foi encontrado morto a facadas no interior de um veículo em Alto Paraju, Domingos Martins, na manhã de ontem. A polícia suspeita que o marido, o motorista Paulo Sérgio da Silva, 39, tenha esfaqueado a mulher Eliane Maria Delpupo da Silva, 34, e, em seguida, se matado.

Num Gol azul, modelo 96, encontrado a cerca de cinco quilômetros da residência das vítimas, foram achados um canivete e uma faca com lâmina de 25 cm. Eliane

tinha uma perfuração no peito e Sérgio uma no tórax.

De acordo com familiares, o casal morava em Alto Nova Almeida, município de Marechal Floriano, e era casado há 13 anos.

Ela, que tinha um filho de 16 anos de outro relacionamento, trabalhava no Restaurante Casa da Bica. Eles teriam saído para fazer compras em Alto Paraju, e no caminho o marido teria cometido o crime. A perícia, porém, ainda não confirmou a suspeita.

A hipótese de feminicídio ganha ainda mais força com a informação de que o marido era considerado apaixonado e ciumento.

“Ainda não conseguimos acreditar. As duas famílias estão simplesmente desoladas”, desabafou Adriana Assis, sobrinha de Eliane, que classificou a tia como uma pessoa muito positiva e feliz.

Segundo um dos proprietários da Casa da Bica, Paulo Gilles, em cinco anos de trabalho, Eliane nunca havia reclamado de proble-

mas no relacionamento e sempre se destacou pelo jeito calmo e tranquilo.

“Ela era uma pessoa muito tranquila. Tinha o perfil ideal de atendimento turístico, atencioso e profissional. Até onde ela comentava, eles viviam bem e o filho (Gustavo, fruto do primeiro relacionamento) sempre foi bem tratado pelo padrasto”, afirma Paulo, que suspendeu as atividades do restaurante durante o dia de ontem, em respeito à dor da família.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Aumenta o número de mulheres assassinadas

Em 2016, de janeiro a agosto, 52 mulheres foram mortas. Neste ano, o número já é superior, 77 vítimas. Os dados ainda não estão fechados

As estatísticas referentes aos crimes cometidos contra mulheres no Estado mostram que o número de vítimas aumentou. Em 2016, de janeiro a agosto (todo o mês), 52 mulheres foram mortas. Já neste ano, o número já é superior: 77.

O titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher, delegado Janderson Lube, orienta que, em caso de violência, as vítimas registrem a ocorrência.

"As vítimas não devem ter medo. Essa violência que ocorre dentro da residência, seja uma ameaça ou uma pequena lesão provocada por um tapa, isso tudo pode progredir para um homicídio."

Ele observou que foi constatado na delegacia que a maioria das ocorrências de feminicídio ocor-

rem em casos em que não há registro de ocorrência pela vítima.

A titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de Cariacica, Michelle Meira Costa, disse que o número de denúncias das mulheres têm aumentado de forma gradativa.

"É importante que elas tenham a consciência que devem denunciar e manter a denúncia, pois infelizmente muitas voltam atrás. Elas devem mudar o seu pensamento, pois muitas não denunciam por achar que determinados comportamentos dos seus parceiros são normais ou aceitáveis, que uma ameaça, um empurrão, um tapa não é nada demais, reproduzindo um comportamento machista."

O desembargador e supervisor das Varas Criminais de Execuções

Penais e Violência Doméstica, Fernando Zardini Antonio, saiu em defesa de uma punição rigorosa aos crimes dessa natureza.

"Uma vez comprovada a violência, principalmente nos casos marcados por agressões, lesões corporais e mortes, há que se ter tolerância zero."

Em paralelo a isso, o desembargador enfatizou que é preciso adotar medidas preventivas, de orientação, de esclarecimento à sociedade e de resgate de valores.

Já a juíza Hermínia Azoury, coordenadora Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado, fez uma observação.

"O Espírito Santo foi, por anos, o Estado em que mais se praticou crimes contra mulheres no País. Embora ainda não se tenha motivos para comemorar, é importante dizer que hoje estamos em quinto lugar. Mas o nosso objetivo é tirar o Estado desse ranking."



DESEMBARGADOR Fernando Zardini defende punição rigorosa a acusados

RAIO X NO ESTADO

MORTES

	2016	2017
De janeiro a junho	45	71
Em agosto *	7	6
TOTAL	52	77

Aumento de 2016 para 2017 (janeiro a julho) foi de 57,77%. * Os dados de agosto de 2017 ainda não foram fechados.

Boletim de ocorrência

> 2.049 MULHERES foram até o Plantão Especializado da Mulher e registraram boletim de ocorrência neste ano.

Medidas protetivas

> 2.360 medidas protetivas foram solicitadas neste ano à Justiça.

> JA COORDENADORIA de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judi-

ciário do Estado informou que, em 2016, foram concedidas 18.022 medidas protetivas em todo o Espírito Santo. Os dados referentes a 2017 estão sendo compilados.

Prisões em flagrante

> 265 HOMENS foram presos após cometerem tipos de agressões em flagrante.



ACUSADOS de matar advogada

Ciúme exagerado mata

Ciúme exagerado não é prova de amor e muito menos sinônimo de cuidado, segundo a psicóloga, Cláudia Calil.

De acordo com ela, a pessoa com ciúmes em excesso, além de prejudicar a vida do casal, em casos mais extremos, pode até matar.

"A pessoa em estado de agressividade pode se utilizar do ciúme para matar o companheiro. A carência é uma coisa diabólica e faz com que a vítima não enxergue o perigo que está passando ao lado do companheiro", destacou.

Xingamentos e agressões físicas são algumas atitudes de uma pessoa ciumenta, segundo Cláudia Calil. Ela afirma que esses comportamentos são formas do agressor intimidar e mostrar domínio sobre a vítima.

"A cobrança com agressões físicas e psicológicas por parte do ciumento representa um desequilíbrio de poder entre o casal. Essa é uma condição que não deve ser aceita pela vítima", salientou.

A juíza Hermínia Azoury, coor-

denadora Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado, revelou que as vítimas desses tipos de agressões perdem totalmente a autonomia de vida e passam a ser manipuladas constantemente pela pessoa ciumenta.

"O senso de propriedade é uma coisa que me deixa muito impressionada. É preciso mudar esse paradigma. É difícil, mas é possível. Geralmente as amigas ajudam a vítima a ficar mais encorajada para denunciar os casos de agressão."

GERAÇÕES

Para a titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cariacica, Michelle Meira Costa, uma das formas de prevenir a violência doméstica é abordar o assunto desde cedo com os familiares.

"As vezes, a filha chega a ver a mãe ser agredida e acha aquilo natural, mas não é. Acredito que o assunto deve ser tratado com crianças e adolescentes."

Violência em músicas e rede social

Determinadas músicas e postagens em redes sociais podem estimular, de certa forma, crimes contra mulheres, incluindo assassinatos, segundo especialistas.

A juíza Hermínia Azoury disse que certos tipos de músicas fazem apologia ao crime. "São letras direcionadas à violência. De certa forma elas devem ser repudiadas, são horrendas. Devemos levantar uma bandeira contra essas letras que

fazem apologia ao crime e banalizam a mulher."

O especialista em crimes virtuais, Eduardo Pinheiro Monteiro, disse que, infelizmente, está cada vez mais comum homens acompanharem os passos das ex nas redes sociais.

"E muitos homens movidos por sentimento de intolerância buscam vingança quando percebem que a mulher está feliz".

E ele ainda fez um alerta: "Certamente esse monitoramento no mundo virtual pode provocar tragédias no mundo real. Por isso, como a legislação atual não consegue inibir esses crimes graves, o melhor a fazer é ser conservador e evitar exposição da vida privada nas redes sociais."

Eduardo Pinheiro lembrou que indiscutivelmente as mulheres são mais vítimas também no ambiente virtual.

A delegada Michelle Meira Costa disse que em algumas canções, nas redes sociais e em aplicativos de trocas de mensagens instantâneas, a imagem da mulher acaba sendo associada a outras situações vexatórias. "Por exemplo, não deveriam vincular a imagem de uma mulher bonita, atraente, sensual para poder vender uma bebida alcoólica, pois é uma forma de tratar a mulher como objeto", refletiu.



JUIZA Hermínia Azoury: "Devemos levantar bandeira contra letras que banalizam a mulher"



DELEGADA Michelle Meira diz que o tema violência doméstica deve ser abordado com crianças

PARTICIPARAM DESTA REPORTAGEM: Eliane Proscholdt, Iago Miranda, Leone Oliveira, Jéssica Cardoso, Juliano Viana e Simony Giuberti

AGRESSÕES CONTRA ELAS

MULHERES VÍTIMAS: UMA AÇÃO A CADA MEIA HORA

Justiça já recebeu 14 mil processos de violência doméstica em 2017

▲ VICTOR MUNIZ
vmelo@redgazeta.com.br

A cada 30 minutos, um processo de violência doméstica contra mulher é aberto no Estado. Os dados são do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Somente nos sete primeiros meses de 2017, foram 14.115 novos procedimentos instaurados. São cerca de 52 casos por dia.

Atualmente, 54.127 processos de violência doméstica transitam no Estado. E como tentativa de redução desses dados, em breve, a punição para homens que agredem mulheres pode aumentar. No Brasil, são mais de 1 milhão de ações relacionadas à violência doméstica na Justiça.

Isso porque projetos que tramitam no Congresso Nacional podem aumentar o rigor da Lei Maria da Penha. O assunto foi apresentado pela promotora de Justiça e integrante da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid) Lindinalva Rodrigues, em um encontro no Ministério Público do Estado.

Uma das propostas legislativas apresentadas tem como objetivo criminalizar o descumprimento da medida protetiva. "Hoje essa desobediência não é criminalizada. Com esse projeto, quando o homem descumprir, além de poder ser preso, ele vai responder pelo crime de descumprimento de medida de proteção. Seria um novo processo", revelou.

PERSEGUIÇÃO

Outro ponto a ser alterado, caso aprovado, é a criminalização da perseguição, ou "stalking", no-

menclatura em inglês que seria utilizada para caracterizar o crime. Atualmente, não existe nada na lei que impeça um homem de perseguir uma mulher, desde que não exista uma ameaça evidente.

"Existem casos de mulheres que terminam as relações e passam a sofrer perseguição dos ex-companheiros. Eles mandam 800 mensagens, vão aonde ela trabalha, passam a tirar a paz. Ele não faz ameaças, somente persegue e atormenta com a própria presença", explicou a pro-

AMEAÇAS

"TINHA A MEDIDA PROTETIVA, MAS ELE ME PERSEGUIA"

X.

Doméstica, 35 anos

▲ "Eu entrei em um relacionamento pela primeira vez com 16 anos. Vim de uma família humilde, do interior, comecei a trabalhar com 12 anos. Pulei etapas e achava que já tinha que ter a minha casa, por falta de um direcionamento. Aí eu casei e meu primeiro marido sempre me agrediu. Consegui me separar e aconteceu a mesma coisa no segundo relacionamento. Eu fui à delegacia, consegui a medida protetiva, mas ele me perseguia, por telefone, queria me tomar tudo. Essas mudanças na lei podem dar proteção maior para quem sofre com esse tipo de violência."

motora Lindinalva.

Outra alteração considerada importante pela representante do Copevid é sobre a divulgação de imagens íntimas. A "Lei Carolina Dieckmann" é uma arma para as mulheres que sofrem com esse tipo de crime, mas só atende vítimas que tiveram o conteúdo furtado.

"Muitas vezes um ex-parceiro tem esse conteúdo da época em que ainda tinha o relacionamento e, para chantagear ou constranger, acaba divulgando em redes sociais. Agora o objetivo é que isso também se torne crime e não somente com imagens e vídeos subtraídos ilegalmente", ressaltou Lindinalva.

INDEFINIÇÃO

Nenhuma dessas propostas têm previsão para serem votadas no Congresso Nacional. E é justamente o projeto que não é bem-vindo pelos especialistas que está mais perto de ser implantado.

É a PL 07/2016, proposta que visa dar ao delegado de polícia o poder para conceder uma medida protetiva. O projeto já entrou em pauta no Senado Federal e está em tramitação para ser votado.

De acordo com a promotora Lindinalva Rodrigues, essa atribuição é exclusiva do Judiciário e poderia tornar o mecanismo de proteção das mulheres algo político.

"Nós julgamos a proposta como inconstitucional. No Estado democrático de direito, isso só pode ser decidido por um juiz e não por um delegado, que pode ser pressionado por superiores quando se depara com o caso de um agressor de classe mais abastada", concluiu.



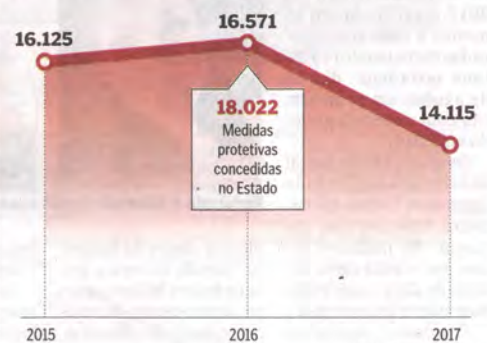
VIOLÊNCIA EM NÚMEROS

54.127

são os processos de violência doméstica contra a mulher em andamento no Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Só na vara de Vitória são: **5.283**

Processos instaurados entre 2015 e 2017



Infografia | Marcelo Franco

AGRESSÕES CONTRA ELAS

AS PROPOSTAS PARA MUDAR A LEI MARIA DA PENHA



STALKING

Hoje: Mulheres sofrem com a perseguição de agressores e nada podem fazer a respeito. Não é considerado crime desde que não aconteça a ameaça.

Nova proposta: Tipificar como crime a perseguição contra a vítima, mesmo que não exista nenhum tipo de ameaça. Somente o fato de perturbar acaba virando processo.



DIVULGAÇÃO DE IMAGENS

Hoje: Lei Carolina Dieckmann protege mulheres que tiveram imagens íntimas furtadas ou obtidas de forma não permitida, que depois são divulgadas.

Nova proposta: Considerar crime também a divulgação não autorizada de imagens obtidas de forma legal, cedidas pela própria mulher, mas que não tiveram a divulgação autorizada.



MEDIDAS PROTETIVAS

Hoje: O homem que descumpra uma medida protetiva pode ser preso somente se forem preenchidos os requisitos de prisão preventiva e ele não responder por um outro processo.

Nova proposta: Somente o fato do homem descumprir uma medida protetiva se tornaria motivo para prisão e ele ainda responderia a um novo processo na Justiça.



REENDUCAÇÃO

Hoje: Não existe um projeto obrigatório de reeducação dos agressores de mulheres.

Nova proposta: Em uma comparação com casos de embriaguez ao volante, quando a pessoa tem que passar por uma reciclagem, o agressor também seria obrigado, judicialmente, a participar de cursos de educação em relação à violência doméstica.

Só mudar leis não resolve

Especialistas dizem que educação é o caminho e que o combate à cultura machista é necessário

▲ VICTOR MUNIZ
vmlmelo@redgazeta.com.br

Apesar de considerarem importantes as alterações na Lei Maria da Penha, especialistas ouvidos pela reportagem defendem que as mudanças podem não diminuir os casos de violência doméstica contra mulheres no Brasil.

A coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica, juíza Hermínia Azoury, diz que a educação é o fator principal para que se consiga avanço no assunto.

“Nós temos propostas de inserir a temática de

violência contra a mulher no currículo escolar. Esses infratores são oriundos de família com violência doméstica e acham que é normal, porque é a realidade deles”, afirmou.

No meio acadêmico do Estado, o assunto vem sendo discutido entre jovens universitários, que participam até mesmo de eventos internacionais. É o caso da estudante de Direito Alice Gomes Lobos Martins, de 20 anos. Ela é estudante da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e foi selecionada para participar de um fórum internacional de diplomacia na área de Direito de gênero, em novembro, em Montreal, Canadá.

A jovem acredita que mudar leis não resolve o

NA JUSTIÇA

1.429

medidas protetivas

É a quantidade que foi concedida em 2016, somente em Vitória.

814

novos processos

É o número de ações de violência contra a mulher chegaram ao Judiciário este ano na Capital.

problema. “As leis surgem para combater, mas não necessariamente criminalizar vai diminuir. A gente

vive uma cultura machista e lei não vai mudar isso. Tem que ser desde criança, inserir isso na mídia, falar desse tema”, ressaltou.

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, também não é adepto da mudança de leis e acredita que, além da educação, toda a estrutura que engloba o tema deveria ser melhorada.

“Tenho a impressão de que a gente deveria mexer menos na legislação e mais nos órgãos, para que eles possam funcionar melhor, atender melhor as mulheres. A gente tem um caminho muito longo ainda para caminhar no aspecto da estrutura de toda a rede de proteção às mulheres”, concluiu Garcia.

Integração do Judiciário para evitar reincidências

▲ Na busca por aumentar a proteção das mulheres contra agressores e evitar casos de reincidência, comuns nesse tipo de violência, a Justiça do Estado implementou uma nova tecnologia de acompanhamento de processos.

De acordo com a juíza e coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica, Hermínia Azoury, a falta de interação entre as esferas do Tribunal de Justiça podia culminar em novas agressões. “Aconteciam casos em que mulheres tinham filhos com o agressor e possuíam a medida protetiva. Mas a Vara da Família, sem saber da situação, porque não havia integração, concedia uma guarda compartilhada com o agressor e isso causava reincidência. Agora po-

derá ser evitado”, afirmou a juíza.

Caso uma mulher tenha medida protetiva contra um companheiro, ou ex-parceiro, todos os agentes envolvidos, seja Justiça, Ministério Público ou polícia, terão acesso às informações de forma integrada. “A gente criou um software para que haja integração entre todo mundo, com senha de acesso para que nos comuniquemos. Quando o camarada vai até Vara de Família pedir a guarda compartilhada, a juíza vê e pode negar, ou conceder com ressalvas”, explicou.

A novidade se torna mais um mecanismo com o objetivo de reduzir os casos de mulheres que apanham seguidas vezes, mesmo com medidas protetivas instauradas.

FERNANDO MADEIRA - 12/04/2016

Assassinato de mulheres volta a crescer

▲ O número de assassinatos de mulheres no Espírito Santo aumentou em 2017. Ao todo, foram 18 mortes a mais contabilizadas entre janeiro e a última sexta-feira, dia 25 de agosto, em comparação com o mesmo período em 2016.

Os dados são do portal da Secretaria de Estado da Segurança (Sesp). Os números mostram que, enquanto 66 mulheres foram executadas neste período de 2016, mais 84 foram mortas em este ano.

O número representa um aumento de 27%. Nos



Fernanda e Gabriela foram assassinadas no Estado



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

últimos meses de fevereiro, quando ocorreu a greve da Polícia Militar, e março, aconteceram os maiores registros de assassinatos femininos. Foram 17

homicídios em cada um deles.

Durante todo o ano passado, a quantidade de mulheres assassinadas no Estado chegou a 97.

Somente durante a semana em que esta matéria foi produzida, foram três casos de feminicídio registrados. Chamou a atenção o da advogada Gabriela Silva de Jesus, morta pelo ex-noivo, que contou com a ajuda do amigo, após ser sequestrada e torturada.

Além dela, Eliane Del Puppo foi assassinada pelo marido em Domingos Martins e Fernanda Costa Beber pelo ex-namorado em Cachoeiro do Itapemirim. Hoje, o Espírito Santo é o 5º lugar onde mais mulheres são mortas no país.



Hermínia: comunicação unificada aumentará proteção

Família de advogada pede por justiça

Familiares de Gabriela de Jesus querem que os acusados, Rogério Almeida e Alexandre Souza, peguem pena máxima pelo crime

Juliano Viana

Familiares da advogada Gabriela Silva de Jesus, 24 anos, torturada e morta em Colina de Laranjeiras, na Serra, pedem por justiça. A jovem foi sequestrada pelo ex-noivo, o estudante de Direito Rogério Costa de Almeida, 34 anos, com ajuda do motorista Alexandre Santos de Souza, 31. Em

seguida, ela foi torturada e morta.

O cunhado da vítima, Rodolfo Barreiros, 24, diz que a família está revoltada com a atrocidade feita contra a jovem, que tinha o sonho de ser juíza. "Nós, principalmente os pais, exigimos justiça. Esse crime não pode ficar impune. Eles devem ficar presos e com a pena máxima. Vivemos num País onde as leis não funcionam, mas a nossa família tem esperança", disse.

Rodolfo contou que até pessoas que não conheciam Gabriela ficaram chocadas com a barbaridade do crime. "Quando a gente passa na rua, as pessoas nos param e perguntam como estamos emocionalmente. Muitas delas começam a chorar e nos consolam", frisou.

Mesmo diante da saudade, o cunhado da advogada faz questão de lembrar os momentos que marcou a vida dele enquanto esteve ao lado de Gabriela. "Um dia que marcou muito foi quando fomos ao culto. Ela estava muito alegre e cantando os hinos da igreja. Estava bastante feliz", pontuou.

Ao ser questionado sobre a superação da perda, Rodolfo afirma que é uma marca que será difícil de ser esquecida. "A morte é algo natural da vida. Se fosse uma queda, um acidente, iríamos encarar com tranquilidade. Mas foi um crime e partiu de uma pessoa próxima a nós", destacou.

CRIME

Na manhã da quinta-feira, Rogério e Alexandre sequestraram e esganaram a advogada Gabriela e a levaram num Fiat Idea preto, onde foi torturada. Eles a jogaram na rua e depois passaram com o veículo por cima do corpo para simular um atropelamento.

Rogério, ex-noivo da vítima, confessou o crime, foi autuado por homicídio qualificado (tortura e feminicídio). Alexandre negou participação, mas foi autuado por homicídio qualificado (motivo fútil e tortura).

A vítima terminou o relacionamento de cinco anos com Rogério, em janeiro deste ano, porém ele sentia ciúmes da jovem e não aceitava a separação.



GABRIELA ficou seis horas em poder do ex-noivo e do amigo dele, na Serra



FAMILIARES DA ADVOGADA se emocionam no enterro da jovem, no Cemitério Jardim da Paz, na Serra

"Abala paz pública", diz juiz

Após Rogério Costa de Almeida, 34 anos, confessar o crime e ir para o presídio, na tarde de ontem, com Alexandre Santos de Souza, 31, a Justiça determinou que o acusado de matar a advogada permaneça preso preventivamente.

A decisão foi do juiz substituto Douglas Demoner Figueiredo, du-

rante audiência de custódia, às 15h22. Na decisão, ele cita que Rogério já foi condenado por furto e sua conduta é considerada extremamente grave. "...Abala de modo substancial a paz pública diante da maneira da execução do crime, demonstrando ser dotados de alta periculosidade", decidiu.

A cada meia hora um processo de violência contra mulher é aberto no ES

Justiça já recebeu 14 mil processos de violência doméstica em 2017

A cada 30 minutos, um processo de violência doméstica contra mulher é aberto no Estado. Os dados são do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Somente nos sete primeiros meses de 2017, foram 14.115 novos procedimentos instaurados. São cerca de 52 casos por dia.

Atualmente, 54.127 processos de violência doméstica transitam no Estado. E como tentativa de redução desses dados, em breve, a punição para homens que agredem mulheres pode aumentar. No Brasil, são mais de 1 milhão de ações relacionadas à violência doméstica na Justiça.

Isso porque projetos que tramitam no Congresso Nacional podem aumentar o rigor da Lei Maria da Penha. O assunto foi apresentado pela promotora de Justiça e integrante da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid) Lindinalva Rodrigues, em um encontro no Ministério Público do Estado.

Uma das propostas legislativas apresentadas tem como objetivo criminalizar o descumprimento da medida protetiva. "Hoje essa desobediência não é criminalizada. Com esse projeto, quando o homem descumpre, além de poder ser preso, ele vai responder pelo crime de descumprimento de medida de proteção. Seria um novo processo", revelou.

Perseguição

Outro ponto a ser alterado, caso aprovado, é a criminalização da perseguição, ou "stalking", nomenclatura em inglês que seria utilizada para caracterizar o crime. Atualmente, não existe nada na lei que impeça um homem de perseguir uma mulher, desde que não exista uma ameaça evidente.

"Existem casos de mulheres que terminam as relações e passam a sofrer perseguição dos ex-companheiros. Eles mandam 800 mensagens, vão aonde ela trabalha, passam a tirar a paz. Ele não faz ameaças, somente persegue e atormenta com a própria presença", explicou a promotora Lindinalva.

Outra alteração considerada importante pela representante do Copevid é sobre a divulgação de imagens íntimas. A "Lei Carolina Dieckmann" é uma arma para as mulheres que sofrem com esse tipo de crime, mas só atende vítimas que tiveram o conteúdo furtado.

"Muitas vezes um ex-parceiro tem esse conteúdo da época em que ainda tinha o relacionamento e, para chantagear ou constranger, acaba divulgando em redes sociais. Agora o objetivo é que isso também se torne crime e não somente com imagens e vídeos subtraídos ilegalmente", ressaltou Lindinalva.

Indefinição

Nenhuma dessas propostas têm previsão para serem votadas no Congresso Nacional. E é justamente o projeto que não é bem-vindo pelos especialistas que está mais perto de ser implantado.

É a PL 07/2016, proposta que visa dar ao delegado de polícia o poder para conceder uma medida protetiva. O projeto já entrou em pauta no Senado Federal e está em tramitação para ser votado.

De acordo com a promotora Lindinalva Rodrigues, essa atribuição é exclusiva do Judiciário e poderia tornar o mecanismo de proteção das mulheres algo político.

"Nós julgamos a proposta como inconstitucional. No Estado democrático de direito, isso só pode ser decidido por um juiz e não por um delegado, que pode ser pressionado por superiores quando se deparar com o caso de um agressor de classe mais abastada", concluiu.

Só mudar leis não resolve

Apesar de considerarem importantes as alterações na Lei Maria da Penha, especialistas ouvidos pela reportagem defendem que as mudanças podem não diminuir os casos de violência doméstica contra mulheres no Brasil.

A coordenadora estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica, juíza Hermínia Azoury, diz que a educação é o fator principal para que se consiga avanço no assunto.

“Nós temos propostas de inserir a temática de violência contra a mulher no currículo escolar. Esses infratores são oriundos de família com violência doméstica e acham que é normal, porque é a realidade deles”, afirmou.

No meio acadêmico do Estado, o assunto vem sendo discutido entre jovens universitários, que participam até mesmo de eventos internacionais. É o caso da estudante de Direito Alice Gomes Lobos Martins, de 20 anos. Ela é estudante da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e foi selecionada para participar de um fórum internacional de diplomacia na área de Direito de gênero, em novembro, em Montreal, Canadá.

A jovem acredita que mudar leis não resolve o problema. “As leis surgem para combater, mas não necessariamente criminalizar vai diminuir. A gente vive uma cultura machista e lei não vai mudar isso. Tem que ser desde criança, inserir isso na mídia, falar desse tema”, ressaltou.

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, também não é adepto da mudança de leis e acredita que, além da educação, toda a estrutura que engloba o tema deveria ser melhorada.

“Tenho a impressão de que a gente deveria mexer menos na legislação e mais nos órgãos, para que eles possam funcionar melhor, atender melhor as mulheres. A gente tem um caminho muito longo ainda para caminhar no aspecto da estrutura de toda a rede de proteção às mulheres”, concluiu Garcia.

As propostas para mudar a Lei Maria da Penha**Stalking**

Hoje: Não é considerado crime desde que não aconteça a ameaça. Mulheres sofrem com a perseguição de agressores e nada podem fazer a respeito.

Nova proposta: Tipificar como crime a perseguição contra a vítima, mesmo que não exista nenhum tipo de ameaça. Somente o fato de perturbar acaba virando processo.

Divulgação de imagens

Hoje: Lei Carolina Dieckmann protege mulheres que tiveram imagens íntimas furtadas ou obtidas de forma não permitida, que depois são divulgadas.

Nova proposta: Considerar crime também a divulgação não autorizada de imagens obtidas de forma legal, cedidas pela própria mulher, mas que não tiveram a divulgação autorizada.

Medidas protetivas

Hoje: O homem que descumpra uma medida protetiva pode ser preso somente se forem preenchidos os requisitos de prisão preventiva e ele não responder por um outro processo.

Nova proposta: Somente o fato do homem descumprir uma medida protetiva se tornaria motivo para prisão e ele ainda responderia a um novo processo na Justiça.

Reeducação

Hoje: Não existe um projeto obrigatório de reeducação dos agressores de mulheres.

Nova proposta: Em uma comparação com casos de embriaguez ao volante, quando a pessoa tem que passar por uma reciclagem, o agressor também seria obrigado, judicialmente, a participar de cursos de educação em relação à violência doméstica.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CLASSE ALTA

Médicos e engenheiros acusados de ameaças

Denúncias de violência psicológica e agressões físicas, que também envolvem empresários, são feitas pelas vítimas à polícia e investigadas

Tais de Hollanda

Movidos por ciúmes e disputa por bens materiais, homens com carreiras consolidadas — como médicos, engenheiros e até donos de negócios — viraram alvos de investigações da polícia.

São denúncias de ameaças, violência psicológica e agressões físicas contra ex e atuais companheiras que chegam com cada vez mais frequência às delegacias do Estado.

A delegada Aparecida Salsini, titular do Distrito Policial de Atendi-

mento à Mulher de Vila Velha, disse que muitos homens têm dificuldade de aceitar o fim da relação.

Em 27 de julho, um anestesista de 41 anos foi preso na saída de um plantão num hospital de Vitória por descumprir medida protetiva dada à ex-mulher, também anestesista.

“O ex-marido a viu num bar e permaneceu no local. Ela saiu e ele a perseguiu. Ele ficou frente a frente com ela para ameaçá-la. Ainda tem o caso de outros dois médicos, em que as mulheres têm medidas protetivas contra eles”.

O médico foi solto no dia seguinte por força de habeas corpus.

“Pelas condições financeiras, há homens que pensam que devem dar a última palavra. A efetividade da Lei Maria da Penha tem feito com que mais mulheres, até com alto grau de escolaridade, venham denunciar”, disse Aparecida.

Sobre a mesa de Thais Cruz, delegada responsável pelo Distrito

Policial de Atendimento à Mulher de Vitória, muitos dos casos têm vínculo com o dinheiro.

“Hoje as mulheres de alta escolaridade denunciam mais. Com a pronta resposta da Justiça, elas passaram a sentir mais fortalecidas. Elas tinham vergonha de se expor com medo de manchar a imagem social e profissional, mas isso está mudando gradualmente”.

Juíza titular da 1ª Vara de Violência Doméstica de Vitória, Brunella Faustini Baglioli contou que ameaça, perturbação da tranquilidade e lesão corporal são julgamentos frequentes. Em alguns casos, o álcool se faz presente.

“No início do ano, um engenheiro bebeu e, ao voltar para casa, no Barro Vermelho, discutiu com a mulher. Ele deu um soco no rosto dela. Ela acionou a polícia e foi para o Plantão Especializado da Mulher. Uma medida protetiva foi deferida”, disse.



PUBLICITÁRIA AMEAÇADA E AGREDIDA PELO NAMORADO

“Senti que poderia morrer”

Em minúcias, uma publicitária de 41 anos, moradora da Praia do Canto, Vitória, contou que escapou da morte após ser esganada pelo até então namorado, um jovem de 26 anos, que já atuou em cargo público. O fato foi em outubro de 2016 e ela conseguiu uma medida protetiva contra o ex.

A TRIBUNA - O que se passou entre vocês dois?

PUBLICITÁRIA - Nos conhecemos em março de 2015 por amigos. Ele era gentil. A primeira agressão foi três meses depois.

Ele me tratou mal na frente dos outros, discutimos no carro e ele tentou me tirar a socos.

> Como foi depois disso?

Como sempre fez, me pedia desculpas, dizia que me amava. Eu o perdoava. Um dos casos mais graves foi em outubro de 2016. Soube-me de condutas profissionais erradas dele. Minha mãe me alertou. Não dei ouvidos e saí de casa. Fiquei mais próxima dele. E foi na casa dele que ele tentou me esganar.

> Qual o motivo?

Estávamos no quarto e meu telefone tocou. Era um amigo que ele não gostava. Brigamos e quando tentei ir embora, ele me deu um chute, me derrubou na cama e começou a me esganar.

A mãe dele o tirou de cima de

mim, dizendo que ele iria me matar. Senti que poderia morrer.

> Terminaram o namoro?

Sim. Ele frequentava os mesmos lugares que eu. Me cercava na rua, pois queria me calar. Disse que se eu o denunciasses, teria de mudar de País, pois não ia conseguir emprego em lugar nenhum.

Ele cumpriu a ameaça e em 18 de maio deste ano, depois de eu ter ignorado ele ao encontrá-lo num local, ele foi ao meu trabalho para

Disse que se o denunciasses, teria de mudar de País, pois não ia conseguir emprego em lugar nenhum”

Publicitária ameaçada

forçar a me dispensarem. Mas já sabiam de tudo. E ele foi expulso de lá.

> Quando pediu ajuda da polícia?

Foi com o apoio dos meus colegas de trabalho. Pela revolta que eles sentiam. Seis dias depois dele ter ido à empresa, fui à delegacia.

Em 5 de junho, a Justiça me concedeu medida protetiva. Foi uma relação com mutilação da autoestima. Pensava: “O que estou fazendo para receber isso dele?”.

Hoje sei que a maior violência é o agressor ficar oculto. Pois eles agem como se nada estivesse acontecido. Não podemos nos calar.



Um divisor de águas no Brasil

Na primeira tentativa de assassinato, em 1983, seu marido atirou em suas costas enquanto ela dormia. Depois foi para a cozinha e da janela gritava dizendo que os ladrões haviam fugido. Ela ficou paraplégica.

Numa segunda investida, o marido a empurrou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la durante o banho. Maria da Penha Maia Fernandes sobreviveu. Em 7 de agosto de 2006, nasceu a Lei Maria da Penha, que ajuda mulheres que sofrem violência por parte de seus atuais ou ex-parceiros.

VIOLÊNCIA NADA SILENCIOSA

Brunet não se calou

Luiza Brunet, modelo e atriz, denunciou agressões do ex-namorado, o bilionário Lirio Parisotto. Ela recorreu à Lei Maria da Penha. Em 21 de maio de 2016, o casal discutiu no apartamento dele em Nova Iorque (EUA). Ela levou um soco no rosto e

quebrou costelas. A denúncia foi levada ao Ministério Público de São Paulo.

Em junho deste ano, Lirio foi condenado a cumprir um ano de prisão em regime aberto e um ano de prestação de serviço à comunidade por lesão corporal. Ele recorre da decisão.



Agressões tratadas em série

Uma série americana lançada este ano traz luz ao problema de violência doméstica na classe alta. Nicole Kidman interpreta Celeste em “Big Little Lies” (Pequenas Grandes Mentiras, tradução livre), uma advogada casada com um homem mais jovem e bonito, mas que é violento.

“Eles demonstram estar chateados, perturbados (com a situação da série). Contam que conhecem pessoas que passaram pelas mesmas situações”, disse atriz, em entrevista a uma revista sobre reação do público.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CLASSE ALTA

Internet é o novo gatilho do ódio

Puxando o gatilho do ódio, ex-companheiros estão aproveitando a internet como munição para expor mulheres com alta escolaridade de maneira vergonhosa. Elas chegam às delegacias para relatar que ameaças foram cumpridas.

Há situações de perturbação da tranquilidade. Num dos casos, um fisioterapeuta, de 30 anos, chegou a filmar a ex, uma dentista, 30, quando ela saía à noite. Tudo para dizer que ela não seria boa mãe.

A delegada responsável pelo Distrito Policial de Atendimento à Mulher de Vitória, Thais Cruz contou que a dentista também pediu medida protetiva.

“Só pelo fato dela ter a guarda das crianças, o ex costuma monitorar locais para onde ela vai. Ele usa os filhos para ajudar nesse controle. Ela fica com temor. Se sente ameaçada. Quando ela veio à delegacia, estava emotiva e da segunda vez pediu medida protetiva”.

Insistentemente, uma estudante de Direito, 24, tem de monitorar o Instagram (rede social) para ver o que o ex-namorado, que mora na Barra da Tijuca, área nobre carioca, está fazendo com sua imagem.

Com o fim do namoro de seis meses, em janeiro de 2016, o jovem começou a criar páginas se passando por ela e a postar fotos constrangedoras, como se ela estivesse bêbada. Junto à postagem, mensagens insinuando que ela se prostitui.

A universitária procurou ajuda no Distrito Policial de Atendimento à Mulher de Vila Velha, anexando ofensas e ameaças dele. Pediu medida protetiva e quis representar criminalmente contra ele.

Titular da Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DRCE), a delegada Cláudia Demattê contou que o caso retrata difamação e falsa identidade.

“Se for verificado que foi praticado por ex que não aceita fim do relacionamento, com vontade de

“Só pelo fato da mulher ter a guarda das crianças, o ex costuma monitorar locais para onde ela vai. Ele usa os filhos para ajudar nesse controle”



DELEGADA THAIS CRUZ, chefe do Distrito Policial de Atendimento à Mulher de Vitória: medida protetiva

humilhar, de subjulgar, esse autor será indiciado pelos crimes praticados com base nas disposições da Lei Maria da Penha”.

Visitas de policiais até para quem se reconciliou

Parcela significativa das mulheres reféns da violência doméstica acaba por reatar com o companheiro, mesmo após denunciá-lo. Mas muitas ainda se sentem presas ao relacionamento por conta da situação financeira ou porque o homem tem inveja da condição social e profissional da mulher.

Para ajudar nesse processo, o casal pode receber a visita tranquilizadora da Patrulha da Maria da Penha, segundo a gerente de Proteção à Mulher da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), Daniella Figueiredo.

“As visitas tranquilizadoras servem para que essa mulher viva em paz com esse homem. Mesmo após parar na polícia, o desejo não é destruir lares. É ensinar outras

soluções, sem violência”.

Ela explicou que a mulher pode receber a visitação, mesmo aguardando liberação da medida protetiva ou a revogando.

“Precisamos ter um olhar diferente em relação ao pensamento popular: ‘Ela não se separa por causa do dinheiro’. Nem sempre a mulher em situação de violência quer a separação. Ela quer viver numa situação não violenta”.

Outra ferramenta é o programa Homem que é Homem. “O sucesso profissional pode causar desconforto e até ciúmes ligado à inveja do homem da companhia. E o dinheiro muitas vezes faz com que o homem sinta que a mulher tem de ser submissa. Nesse sentido, temos um grupo de reflexão para desconstruir o machismo, o sexismo”, contou.

A juíza titular da 1ª Vara de Violência Doméstica de Vitória, Brunella Faustini Baglioli, afirmou que o primeiro passo é enxergar que a violência pode acontecer com qualquer mulher.

“A gente só consegue romper esse ciclo vicioso e se libertar quando se denuncia. É um passo para ele entender que a conduta é reprovável e que não pode ser repetida com outras pessoas”.

OPINIÕES



“Até mensagem de celular motiva agressões, ameaças. São advogados, médicos, empresários”

Franz Robert Simon, defensor público



“O que não pode acontecer é a impunidade na violência doméstica. Independente da classe social”

Hérmina Azoury, juíza



Há casos de ex que usa as redes sociais para difamar por não aceitar o fim da relação. É crescente”

Cláudia Demattê, delegada DRCE

Ex-marido invadiu casa de médica

Como numa teia de aranha, uma médica, de 48 anos, se viu presa numa relação de quebra de confiança e ameaças de morte.

Para intimidar a vítima, o ex-marido, um consultor, de 50 anos, chegou a desrespeitar medida protetiva e invadir o apartamento dela, num bairro nobre de Vila Velha.

A invasão, ocorrida no ano passado, teve consequências: ele ficou preso por quase três meses.

O caso foi levado ao Distrito Policial de Atendimento à Mulher de Vila Velha. O casal ficou junto por um ano.

A vítima narrou à polícia que, por confiança no marido, passou a assinar documentos sem lê-los.

Mais à frente descobriu que tinha repassado o apartamento para o nome dele. Depois de ameaças de morte, medida protetiva e o divórcio foram os passos seguintes.

Durante o processo, o consultor conseguiu na Justiça um afastamento da mulher do lar por meio de liminar, por 48 horas.



PLANTÃO DA MULHER funciona 24 horas e atende casos de violência doméstica

Ele reuniu roupas e outras coisas dela e despejou em frente ao hospital onde ela atuava. Ela voltou ao imóvel com apoio judicial.

Neste ano, a médica voltou à delegacia para pedir extensão da medida protetiva para os irmãos do ex-marido, que estariam tentando desqualificar a vítima.

No tribunal de Vitória, a juíza da

1ª Vara de Violência Doméstica de Vitória, Brunella Faustini Baglioli, contou que existem muitos casos que envolvem universitários.

“Em 2016, tivemos uma situação de uma universitária que encontrou o ex-namorado numa festa na Praia do Canto. Ele a perseguiu e a agrediu. No Barro Vermelho, aconteceu situação idêntica, mas foi flagrada por guardas municipais, que intervieram”, destacou.

OS NÚMEROS

2.049

mulheres registraram ocorrência este ano no Plantão da Mulher

2.360

medidas protetivas foram solicitadas este ano



DANIELLA FIGUEIREDO, gerente de Proteção à Mulher da Sesp: visitas

VICE DA SERRA É AFASTADA POR FRAUDAR CONTRATOS

Em 12 meses, acordos sem licitação custaram R\$ 11,4 milhões

VINÍCIUS VALFRE
vpereira@redgazeta.com.br

Ao longo dos últimos 20 anos, a Secretaria de Educação da Serra tornou-se uma espécie de segunda casa de Márcia Lamas (PSB), vice-prefeita da cidade. Apesar da briga Audifax (Rede) x Vidigal (PDT), ela trabalhou com ambos e acumulou cerca de 12 anos à frente da pasta, o que faz dela uma das maiores conhecedoras de cada canto da secretaria.

Mas, para o Ministério Público Estadual (MPES), Márcia Lamas usou parte da experiência na secretaria para fraudar contratos de limpeza e conservação de escolas. A pedido do órgão, a juíza Sayonara Couto Bitencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual, determinou o afastamento da vice-prefeita, que também é a atual secretária de Educação da Serra, por 180 dias.

A decisão, motivada por ação civil pública de improbidade administrativa, movida pela promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, é liminar (provisória), de quinta-feira.

As irregularidades teriam ocorrido em 2009 e 2010, na gestão de Sérgio Vidigal (PDT) e quando Márcia também era secretária.

Em 15 meses, a prefeitura assinou quatro contratos com a empresa Impacto Máquinas Equipamentos e Serviços Ltda. Todos eles com interferência da então secretária, segundo interpretação da Justiça.

De acordo com a decisão, a promotora constatou "criação artificial da situação de emergência e direcionamento da contratação emergencial".

Os três primeiros contratos custaram R\$ 11,4 milhões, de acordo com o Portal da Transparência da Serra. Eles foram assinados num intervalo de 12 meses. O quarto contrato não está



Márcia Lamas, vice-prefeita da Serra, acumula 12 anos à frente da Secretaria de Educação, desde o governo Vidigal

relacionado no Portal da prefeitura – e a decisão judicial não mencionou o valor gasto com ele pelo município.

As investigações concluíram que para obter os contratos de maneira irregular a empresa era quem apresentava os orçamentos dos concorrentes, com preços maiores do que os próprios.

A TROCA

Antes da série de contratações da Impacto, um contrato regular estava em vigor, desde 2008. Mas a própria Márcia Lamas sugeriu o fim desse contrato. Ela alegou, segundo ofícios anexados ao processo, que o vínculo com a Múltipla Terceirização, que estava em vigor, já havia sido prorrogado por três meses e que essa firma vinha descumprindo "algumas questões trabalhistas".

A documentação da Impacto evidenciou os mesmos entraves trabalhistas, mas isso não impediu a contratação dela. E o vínculo se deu não por três,



Há sete anos, A GAZETA acompanhou deflagração e repercussões da Operação Moeda de Troca

Bruno Lamas citado em decisão

Embora não apareça entre os que respondem ao processo, o deputado estadual Bruno Lamas (PSB), filho de Márcia Lamas, é citado na decisão. "Diálogos interceptados demons-

tram" relação de ambos com o sócio da empresa suspeita "com fim de promover a contratação" dela. Bruno nega. "É uma decisão totalmente equivocada. Não sei nem quem ele é".

mas por seis meses.

Ao fim do semestre, a secretária, por meio de ofício assinado em 14 de dezembro de 2009, pediu expressamente a recontração da Impacto porque ela teria apresentado o menor preço na fase de coleta dos valores. Contudo, os preços das demais empresas só foram conhecidos dois e três dias depois.

"Nesse contexto, é impossível que a então Secretária de Educação conhecesse, em 14 de dezembro de 2009, a melhor proposta", sublinha a decisão.

No curso da investigação, interceptações telefônicas revelaram que servidores da Educação subordinados a Márcia Lamas entraram em contato com um dos sócios da empresa. Um deles, em depoimento, afirmou que o empresário entregava os preços das concorrentes.

Na ocasião das tratativas para o quarto contrato, ofício da secretária recomendava a recontração da

CAUTELAR

180

dias

É o prazo de afastamento de Márcia Lamas determinado pela Justiça Estadual.

mesma empresa porque ela tinha "estrutura montada com pessoal contratado e qualificado, não sendo necessário aguardar todo procedimento para localização de funcionários". Paralelamente, novas interceptações mostraram negociações do empresário com uma servidor para "manipular mais uma contratação emergencial".

OS MOTIVOS

Para determinar a saída cautelar, a juíza argumentou que tal decisão seria necessária porque Márcia Lamas é a atual secretária de Educação da Serra e o afastamento dela "pode evitar a repetição de condutas ilícitas realizadas nos anos de 2009 e 2010, em especial por estarem próximos os mesmos servidores que se serviram para as irregularidades e ilegalidades do passado".

Para afastá-la, a magistrada também considerou a "força política" da secretária. Márcia é uma das principais lideranças políticas da Serra.

"A subordinação hierárquica, somado à força política que Márcia Lamas possui no município, pode levar à intimidação dos servidores, impedindo o depoimento livre, com o fim de evitar ofensas aos interesses da vice-prefeita, sob pena de sofrerem exoneração do cargo/função de confiança que ocupam ou de sofrerem qualquer outro tipo de represália", destacou.

CARLOS ALBERTO SILVA - 30/10/2016



No ano passado, vice-prefeita comemorou vitória ao lado de Audifax Barcelos

Márcia Lamas: “Justiça deve se informar”

Vice-prefeita diz que todos os seus atos foram amparados por pareceres técnicos

de VINÍCIUS VALFRE
vpereira@redgazeta.com.br

Dizendo-se surpresa e indignada com a decisão que a afastou das funções, a vice-prefeita e secretária de Educação da Serra, Márcia Lamas (PSB), afirmou que a Justiça precisa se “informar melhor” sobre licitações nas prefeituras.

Em nota enviada na noite de ontem, a vice-prefeita afirmou que todos os seus atos foram amparados por pareceres técnicos.

“A Justiça tem que punir e prender bandidos e corruptos. O que vemos hoje são processos paralisados de réus confesos e execrados pela população. O que eu espero da Justiça é que ela se informe melhor sobre os procedimentos licitatórios nas prefeituras antes de decretar sentenças apresadas e destituídas de fundamento”, diz a nota.

Para a secretária, a decisão foi injusta. “Considero injusta porque desconhece um fator elementar: a Secretaria de Educa-

ção não tem comissão de licitação. Todos os procedimentos são realizados pela Prefeitura da Serra. Se houve fraude, a responsabilidade não pode ser atribuída à titular da pasta na época”, afirma o texto.

A defesa de Márcia Lamas vai alegar que a pasta não é responsável por processos licitatórios. Também vai pontuar que nos quatro processos em questão “nenhuma das 11 em-

presas interessadas apresentou valor menor” que o da Impacto.

ORIGENS

A ação civil pública que tornou Sérgio Vidigal, Márcia Lamas e outros réus é resultado da Operação Moeda de Troca, da Polícia Federal, deflagrada em setembro de 2010. A polícia descobriu uma quadrilha acusada de desviar recursos públicos em vários municípios do Estado. Entre eles, Santa Leopoldina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, Presidente Kennedy e Viana.

A investigação virou uma ação penal e o empresário Aldo Martins Prudência, sócio da Impacto, chegou a ser condenado. A partir dessa ação, provas foram remetidas para diferentes municípios, onde as promotorias continuaram as investigações.

GESTÃO AUDIFAX

Em nota, a Prefeitura da Serra informou que não foi notificada. Só após isso vai analisar providências internas, inclusive contra servidores. Também frisou que os fatos são relacionados à gestão de Vidigal.

OUTRO LADO

“A Justiça tem que punir e prender bandidos e corruptos. O que vemos hoje são processos paralisados de réus confesos e execrados pela população”

“Todos os meus atos foram realizados mediante pareceres técnicos da Controladoria e da Procuradoria-Geral”

MÁRCIA LAMAS (PSB)
VICE-PREFEITA, em nota

MPES: Vidigal autorizou contratação

O ex-prefeito da Serra e atual deputado federal, Sérgio Vidigal (PDT), também responde a ação de improbidade administrativa que resultou no afastamento de Márcia Lamas (PSB). Contra ele há pelo menos uma suspeita de irregularidade: o pedetista empenhou recurso público para contratação emergencial de empresa suspeita embora tivesse sido orientado a não fazer.

De acordo com a decisão judicial, o diretor do Departamento do Planejamento Econômico e Financeiro da

prefeitura constatou que a contratação emergencial não seria possível. O servidor havia informado que “não dispomos de saldo de dotação suficiente para cobertura da despesa”.

“Outra irregularidade constatada diz respeito à ausência de reserva orçamentária suficiente para a contratação emergencial. Entretanto, tal fato não impediu a emissão de empenho pelo prefeito municipal de Serra, Antônio Sérgio Alves Vidigal”, destaca o texto da decisão.

A reportagem pediu ao Ministério Público Estadual o acesso à ação civil pública. O órgão informou, porém, que essa parte do processo está sob sigilo judicial. Por ora, portanto, não é possível detalhar cada participação.

Em nota, a assessoria de Sérgio Vidigal informou que ele apresentará esclarecimentos após ser notificado sobre a decisão. “Ele não praticou nenhuma ação e nem qualquer omissão, o que torna sua inclusão na ação totalmente equivocada”.

ENTENDA O CASO

MOEDA DE TROCA

▼ **A operação**
Deflagrada em 2010, a operação prendeu secretários municipais, servidores públicos e empresários.

▼ **Esquema**
Foi descoberto um esquema de desvios de recursos públicos em vários municípios do Estado, como Santa Leopoldina, Presidente Kennedy, Serra, Cachoeiro de Itapemirim e Viana.

▼ **Caçapa**
O líder do esquema seria

Aldo Martins Prudência, irmão do ex-prefeito de Santa Leopoldina Ronaldo Prudência. Aldo teria usado sua influência para viabilizar contratações de empresas irregularmente.

JUSTIÇA

▼ **Ação penal**
A investigação virou uma ação penal e o empresário Aldo Prudência, sócio da Impacto, chegou a ser condenado. A partir dessa ação, provas foram remetidas para diferentes

municípios, onde as promotorias continuaram as investigações. A Serra foi uma delas, onde a promotoria se debruçou sobre os contratos da Educação.

▼ Foro

O foro privilegiado ao qual Vidigal tem direito, por ser deputado federal, só vale na esfera criminal. Como a suspeita sobre os contratos da Educação se dá na área civil, ele é julgado por eventuais crimes de improbidade administrativa pelo primeiro grau da Justiça estadual.



MARCIA LAMAS
disse que seus atos
"foram realizados
mediante pareceres
técnicos da
Controladoria e da
Procuradoria Geral"

Vice-prefeita da Serra é afastada

Marcia Lamas vai ficar longe da prefeitura por 180 dias, sob suspeita de favorecer contratos para limpeza de escolas entre 2009 e 2010

Brunella França

Vice-prefeita e secretária da Educação da Serra, Marcia Lamas (PSB) foi afastada de seus dois cargos e está proibida de ocupar outra função de confiança na Prefeitura da Serra pelos próximos 180 dias.

A decisão é da juíza Sayonara Couto Bittencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual, a pedido do Ministério Público Estadual (MP-ES), expedida na última quinta-feira.

Marcia responde, com mais nove pessoas, a uma ação de improbidade administrativa decorrente

de investigações da operação Moeda de Troca, deflagrada pela Polícia Federal em 2010.

As irregularidades teriam ocorrido em quatro contratos para prestação de serviços de limpeza e conservação de escolas do município entre 2009 e 2010.

Na decisão, não constam os valores dos contratos investigados. E a ação civil pública, ajuizada pela promotora Maria Clara Mendonça Perim, da 13ª Promotoria de Justiça Cível da Serra, está sob sigilo judicial.

No Portal da Transparência da Serra estão registrados três dos quatro contratos. Juntos, eles somam R\$ 11,4 milhões e foram assinados num período de 11 meses com a empresa Impacto Máquinas Equipamentos e Serviços.

A magistrada escreveu na decisão que o MP-ES constatou a "criação artificial da situação de emergência e direcionamento da contratação emergencial" nos quatro casos.

Interceptações telefônicas feitas durante as investigações da Polícia Federal, relatadas na decisão da magistrada, apontam conversas entre servidores da Secretaria da Educação com um sócio da empresa beneficiada "sobre a necessidade de apresentação das propostas das concorrentes para a contratação emergencial, o que permitiria o direcionamento".

Ao acatar o pedido de afastamento da vice-prefeita, a juíza justificou que o ato "pode evitar a repetição de condutas ilícitas realizadas nos anos de 2009 e 2010, em especial por estarem próximos os mesmos servidores que se serviram para as irregularidades e ilegalidades do passado".

A magistrada considerou ainda a "força política" de Marcia, o que, somado à posição de subordinação hierárquica, "pode levar à intimidação dos servidores, impedindo o depoimento livre", sob o risco de serem exonerados ou sofrerem algum tipo de retaliação.

O OUTRO LADO

Indignação

A vice-prefeita e secretária da Educação da Serra, Marcia Lamas, se manifestou por nota e se disse indignada com a decisão judicial. Alegou ainda que seus atos "foram realizados mediante pareceres técnicos da Controladoria e da Procuradoria Geral".

A Prefeitura da Serra, por meio de nota, informou que ainda não foi notificada oficialmente da decisão de afastamento de Marcia Lamas, e, assim que for, cumprirá a decisão judicial.

Já a empresa Impacto Máquinas e Serviços não atendeu a reportagem.

Vidigal também é citado

A ação de improbidade administrativa que levou ao afastamento da vice-prefeita e secretária da Educação da Serra, Marcia Lamas (PSB), também tem, entre os réus, o deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), que era o prefeito do município na época em que foram cometidas as supostas ilegalidades.

Apesar de não haver nenhuma medida contra o deputado na decisão da juíza Sayonara Couto Bittencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual, o texto cita que Vidigal teria empenhado recurso público para contratação emergencial de empresa suspeita, apesar de orientado pelo Departamento do Planejamento Econômico e Finan-

ceiro da prefeitura a não fazê-lo.

"Outra irregularidade constatada diz respeito à ausência de reserva orçamentária suficiente para a contratação emergencial. Entretanto, tal fato não impediu a emissão de empenho pelo prefeito municipal de Serra, Antônio Sérgio Alves Vidigal", escreveu a magistrada.

A assessoria do deputado Sérgio Vidigal informou, por nota, que ele não foi notificado da decisão. "Após ser notificado, serão apresentados os esclarecimentos, onde ficará claro que a referida ação sequer deverá ser recebida. Ele não praticou nenhuma ação e nem qualquer omissão, o que torna sua inclusão na ação totalmente equivocada".

Vice-prefeita reage à decisão da Justiça

Márcia Lamas, da Serra, diz que juíza precisa se informar melhor “antes de dar sentenças apressadas e sem fundamento”

Vitor Carletti

Afastada dos cargos de vice-prefeita da Serra e de secretária municipal da Educação por supostamente favorecer contratos milionários entre 2009 e 2010, Márcia Lamas (PSB) fez duras declarações contra a decisão da Justiça, assinada pela juíza Sayonara Couto Bittencourt, da 4ª Vara

da Fazenda Pública Estadual.

Márcia está proibida, por 180 dias, de ocupar cargos de confiança. As irregularidades teriam ocorrido em quatro contratos para prestação de serviços de limpeza e conservação de escolas do município na gestão do ex-prefeito da Serra e deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), réu na mesma ação. Ele nega as irregularidades.

Três contratos, juntos, somam R\$ 11,4 milhões, segundo o Portal da Transparência.

“A Justiça tem de punir e prender bandidos e corruptos. O que vemos hoje são processos paralisados de réus confesos e execrados pela população. O que espero da Justiça é que ela se informe melhor sobre os procedimentos licitatórios nas prefeituras antes de decretar



MÁRCIA LAMAS está proibida, por 180 dias, de ocupar cargos de confiança

sentenças apressadas e sem fundamento. Segui pareceres técnicos”, disse Márcia, por nota.

A juíza afirma na sentença que o Ministério Público Estadual (MPE-ES) constatou “criação artificial da situação de emergência e direcionamento da contratação emergencial”.

O OUTRO LADO

Não localizados

Procurados, o presidente da Associação de Magistrados do Estado, Ezequiel Turibio, e o vice, Sérgio Ricardo, não atenderam.

Justiça determina afastamento de vice-prefeita da Serra por 180 dias

O afastamento da prefeita, segundo a ação, foi tomada por conta de irregularidade em sucessivas contratações de empresa

A Justiça Estadual solicitou o afastamento da vice-prefeita e secretária de Educação da Serra, Márcia Lamas, de suas funções por 180 dias. A decisão foi tomada pela juíza Sayonara Couto Bittencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual e divulgada nesta sexta-feira (25).

O afastamento da prefeita, segundo a ação, foi tomada por conta de irregularidade em sucessivas contratações da empresa Impacto Máquinas Equipamentos e Serviços Ltda, durante a gestão do agora deputado Sergio Vidigal (PDT) e enquanto Márcia era titular da pasta.

As investigações fazem parte da Operação “Moeda de Troca”, deflagrada em 2010, quando se apurou fraudes em licitações em diversos municípios capixabas, como Presidente Kennedy, Viana, Cachoeiro de Itapemirim.

Ainda no processo, constam interceptações telefônicas entre Márcia Lamas, seu filho, Bruno Lamas (deputado estadual pelo PSB), e Aldo Prudêncio, “estabelecida com o fim de promover a contratação da Impacto”.

Resposta

A prefeitura Municipal de Serra informa, através de nota, que não foi notificada oficialmente da decisão de afastamento da vice-prefeita, Marcia Lamas e, quando for, cumprirá a decisão da justiça.

Ressalta que os fatos relacionados ocorreram na gestão 2009-2012, não estando, portanto, ligadas à atual gestão, e que a decisão é cautelar, não havendo ainda posição de mérito a justiça estadual.

Justiça afasta a vice-prefeita da Serra por fraude em licitações no ES

A decisão é da juíza Sayonara Couto Bittencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual. O afastamento é de 180 dias.

A justiça afastou a vice-prefeita e secretária de Educação da Serra, Márcia Lamas, nesta sexta-feira (25). Ela é acusada de ter fraudado licitações, beneficiando empresa com criação artificial de situação de emergência.

A decisão é da juíza Sayonara Couto Bittencourt, da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual. O afastamento é de 180 dias.

A Prefeitura da Serra informou que ainda não foi notificada, mas que quando isso acontecer, vai cumprir a decisão.

Outro lado

Por meio de nota, a vice-prefeita informou que recebeu a decisão judicial com surpresa e indignação e que a considera injusta “porque desconhece um fator elementar: a Secretaria de Educação não tem comissão de licitação, todos os procedimentos são realizados pela Prefeitura da Serra. Se houve fraude, a responsabilidade não pode ser atribuída à titular da pasta na época. Informo à população capixaba que todos os meus atos foram realizados mediante pareceres técnicos da Controladoria e da Procuradoria Geral da Serra. Nunca tomei uma decisão sequer sem amparo legal”, disse.

Márcia Lamas informou ainda que vai tomar as providências necessárias em sua defesa.

Foragido é detido com drogas em mata

A PM de Guaçuí prendeu Paulo César da Silva Santos, 33 anos, que teve a prisão decretada pela Justiça pelo crime de homicídio qualificado. Ele estava escondido numa mata e foi preso com 25 pedras de crack e quatro papelotes de cocaína ao deixar o local para ir até sua casa, na noite de quinta-feira.

Segundo a PM denúncias apontavam que ele ficava de dia na mata e à noite ia para casa.

Foragido da Justiça é detido com drogas após se esconder em mata de Guaçuí

O suspeito estava com mandado de prisão em aberto pelo crime de homicídio qualificado. Ao avistar a presença dos policiais, ele tentou fugir da mata se escondendo dentro de uma residência, mas acabou detido

Na noite da última quinta-feira (24), a equipe da Força Tática da Polícia Militar de Guaçuí localizou e prendeu Paulo César da Silva Santos, de 33 anos, que teve a prisão decretada pela Justiça pelo crime de homicídio qualificado. Ele estava escondido em uma mata e foi detido ao deixar o local para ir até sua residência, por volta das 21h45.

Segundo informações da Polícia Militar, denúncias apontavam que Paulo César estava escondido na mata, próxima ao bairro Horto Florestal, e durante a noite, deixava o local para seguir até sua residência. Os militares foram ao local e constataram a denúncia.

Ao perceber a chegada da polícia, o suspeito tentou fugir e entrou em uma residência no bairro. A moradora autorizou a entrada dos militares, que encontraram Paulo César escondido em um dos quartos do imóvel coberto por diversas peças de roupas. Ele resistiu a prisão e os policiais fizeram o uso moderado de força para contê-lo.

Enquanto tentava fugir, Paulo César jogou uma sacola, que foi encontrada pelos militares. No interior, foram encontradas 25 pedras de crack e quatro papелotes de cocaína. Ele foi encaminhado para a Delegacia de Alegre para providências.